



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Política Social e Serviço Social

Sub-eixo: Política de Educação

A RELAÇÃO ENTRE CRECHE, CUIDADO E FAMÍLIA: UMA REVISÃO DA LITERATURA

SIMONE CRISTINA DALBELLO DA SILVA¹

LILIANE MOSER²

RESUMO

A relação entre creche, cuidado e família constitui uma tríade central para pensar a educação infantil. Revisões de literatura demonstram que as pesquisas ainda são insuficientes quanto aos estudos da relação entre creche e família, responsabilidade familiar ou cuidado. A creche é frequentemente vista apenas como espaço pedagógico, não como parte da rede de proteção social.

Palavras-chave: creche, família, responsabilidade familiar e cuidado.

RESUMEN

La relación entre guardería, cuidado y familia constituye una tríada central para pensar la educación infantil. Las revisiones de la literatura muestran que las investigaciones aún son insuficientes en cuanto a estudios sobre la relación entre guardería y familia, responsabilidad familiar o cuidado. Las guarderías a menudo se consideran sólo un espacio educativo, no parte de la red de protección social.

Palabras clave: guardería, familia, responsabilidad familiar y cuidados

INTRODUÇÃO

Com a Constituição de 1988 ocorre uma mudança de paradigma quanto à Educação Infantil, para além da família, a educação de crianças passa a ser de responsabilidade do Estado,

¹ Universidade Federal de Santa Catarina

² Universidade Federal de Santa Catarina



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

sendo este o garantidor dos aspectos pedagógicos e da viabilização do acesso. Dessa forma, crianças de todas as idades têm direito de acesso à educação, sendo que a etapa da creche (0 a 3 anos) passar a ter caráter educativo em instituições de ensino públicas ou privadas (Martins, 2019). Souza (2017) e Martins (2019) afirmam que, a Constituição busca romper com o modelo de expansão da Educação Infantil de baixo custo, propondo uma expansão com ênfase na qualidade do atendimento, melhoria na formação dos profissionais dentre outras orientações, ou seja, a Constituição contribui para a reconstrução da identidade da creche e pré-escola e dos seus profissionais.

A ressignificação da Educação Infantil de caráter assistencial que priorizava o cuidado e a “guarda” em creches - principalmente voltadas para mulheres pobres que precisavam trabalhar - significou um avanço para a superação do caráter assistencialista que caracterizou a Educação Infantil nos anos anteriores à CF de 1988, no caso especial das creches, tradicionalmente vinculadas à área da Assistência Social. Como Rosa (2015) sinaliza, passa-se do cuidar ao educar.

A relação entre creche, cuidado e família constitui uma tríade central para pensar a educação infantil no âmbito das políticas sociais, refletindo a importância crescente desses serviços para as famílias e a qualidade do cuidado infantil. A análise das dissertações e teses recentes revela uma gama de abordagens que evidenciam como as creches influenciam e são influenciadas por contextos sociais e legais, mas que, ainda, não a concebem como um serviço da política de cuidado no âmbito da proteção social.

A revisão bibliográfica aqui apresentada, teve como recorte temporal os últimos 10 anos, ou seja, de 2014 a 2024. Utilizou-se como base de dados a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), o portal SCIELO e o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Os descritores utilizados foram: “creche” e “família”, “creche” e “responsabilidade familiar”, “creche” e “cuidado”. Optou-se pelo descritor creche, tendo em vista que o recorte do estudo é a educação infantil, prioritariamente na modalidade de 0 a 3 anos, não abrangendo a modalidade de ensino pré-escolar. Da mesma forma, optou-se pelo descritor responsabilidade familiar e não familismo, tendo em vista que o mesmo ainda não é amplamente utilizado por todas as áreas de conhecimento.

Esta revisão de literatura é fruto da pesquisa de doutorado intitulada “Ciranda, cirandinha, vamos todos cirandar? Um olhar do Serviço Social sob a educação infantil”. O objetivo da pesquisa é identificar as concepções sobre família e cuidado que orientam a política de educação



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

infantil e compreender como os profissionais da Educação Infantil definem o cuidado realizado com as crianças, como concebem o papel das famílias e qual a função da creche na rotina familiar e de cuidado. Esta compreensão é primordial para identificar concepções socialmente construídas e traduzidas nas normativas municipais e que moldam a execução da política e se refletem nas relações estabelecidas entre os serviços de educação infantil e as famílias.

Entende-se que a revisão bibliográfica é de suma importância, por pautar e mapear como as pesquisas vêm sendo encaminhadas nesta área, demonstrando que os principais estudos se concentram na área da Educação e na manutenção da perspectiva da creche essencialmente enquanto espaço pedagógico.

Desta feita, o artigo abordará num primeiro momento a descrição dos trabalhos acadêmicos encontrados e, posteriormente, se fará uma análise sobre seus conteúdos, a partir da compreensão da creche na perspectiva de uma política de cuidado, ou seja, de proteção social das crianças e das famílias. A partir da revisão bibliográfica dividimos as análises pelas temáticas encontradas.

1. Análise dos trabalhos acadêmicos encontrados

Em um primeiro momento, apresentamos a tabela com o quantitativo de trabalhos acadêmicos localizados a partir das combinações dos descritores utilizados e dos bancos de dados definidos para a busca, após seleção refinada de trabalhos com conteúdo diretamente relacionados a pesquisa em tela. Posteriormente, apresentar-se-á a tabela de trabalhos encontrados distribuídos por área do conhecimento.

Tabela 1. Quantidade de trabalhos encontrados nos Bancos de Dados por Descritor (2014 a 2024)

Banco de dados	Descritor	Nº de Trabalhos encontrados	Nº de Trabalhos selecionados para análise
BDTD	"creche" e "família"	264	5
BDTD	"creche" e "responsabilidade familiar"	20	1
BDTD	"creche" e "cuidado"	261	6



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Portal CAPES	"creche" e "família"	35	6
Portal CAPES	"creche" e "responsabilidade familiar"	51	2
Portal CAPES	"creche" e "cuidado"	66	2
Scielo	"creche" e "família"	22	3
Scielo	"creche" e "familismo"	0	0
Scielo	"creche" e "responsabilidade familiar"	0	0
Scielo	"creche" e "cuidado"	18	0
Total de trabalhos selecionados para análise		25	

Fonte:

Elaborado pelas autoras.

Tabela 2. Número de trabalhos selecionados para análise por Área do Conhecimento (2014 - 2024)

Área do Conhecimento	Quantidade de trabalhos
Antropologia	1
Direito	1
Educação	17
Economia	1
Ciência Sociais	2
Ciências da Tecnologia e Informação	1
Psicologia	2
Serviço Social	0

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Os trabalhos analisados são aqueles em que foram utilizados como critérios de inclusão a presença dos descritores no título e/ou no resumo, seguido da leitura minuciosa dos resumos dos trabalhos, possibilitando maior conhecimento de outras pesquisas que abordem o tema afim de entender quais perspectivas embasam tais estudos. A maior concentração dos trabalhos



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

encontra-se na área da Educação, seguido das Ciências Sociais e da Psicologia. No período definido – os últimos 10 anos – não localizamos nenhum trabalho acadêmico (dissertação de mestrado, tese de doutorado ou artigo científico) que discutiu o tema creche, família e cuidado na área do Serviço Social, revelando a importância do mesmo ser problematizado a partir da perspectiva da política social e das políticas de cuidado.

Para a análise dos dados obtidos por intermédio da pesquisa empírica e da análise documental, utilizaremos alguns princípios da “análise de conteúdo” de Bardin (2016). A análise de conteúdo diz respeito ao “conjunto de técnicas de análise das comunicações”. Não se trata de um “instrumento, mas de um leque de apetrechos, com grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação” (p. 31). A análise inferencial buscará interpretar os conteúdos categorizados, identificando relações, padrões e significados subjacentes.

Destarte, a partir dos trabalhos analisados, dividimos nossa análise por temática central encontrada, sendo elas: igualdade de gênero e políticas públicas; relação família e creche; participação comunitária e desigualdades sociais; impacto da pandemia e cuidados; e cuidado como prática educativa.

1.1 Igualdade de Gênero e Políticas Públicas

A importância das creches como instrumento para promover a igualdade de gênero é um tema ainda insuficiente nas pesquisas analisadas. Nos últimos dez anos, com os descritores utilizados nesta revisão bibliográfica, encontramos somente quatro estudos que debatem o tema.

Camille Vieira da Costa (2020) argumenta que as políticas de creche devem ser vistas como um direito fundamental das mulheres, essencial para sua inclusão e participação no mercado de trabalho. Costa (2020) destaca que a deficiência no atendimento às necessidades das mulheres pode agravar as desigualdades de gênero, reforçando a necessidade de políticas públicas que integrem uma perspectiva de gênero para mitigar essas disparidades.

Maria Victoria Garcia Rosa (2021) complementa essa análise ao demonstrar que o acesso às creches pode influenciar positivamente a participação das mulheres no mercado de trabalho. Utilizando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), Rosa (2021) conclui que a presença dos filhos em creches reduz o tempo dedicado aos afazeres domésticos e aumenta a probabilidade de emprego formal, embora a decisão de ingressar ou não no mercado de trabalho ainda seja uma barreira significativa.

No mesmo sentido, Maria Rita Neves Ramos (2021) adota uma perspectiva feminista para examinar como as práticas de maternagem na educação infantil impactam os direitos das mulheres e das crianças. A autora enfatiza a necessidade de uma abordagem mais democrática na educação infantil, que considere a corresponsabilidade entre educação e cuidado, promovendo uma maior equidade no tratamento das necessidades das mulheres.

Larissa dos Santos Domingues (2021) investiga as percepções sobre políticas de conciliação trabalho-família, como licença-maternidade e licença-paternidade. O estudo revela que, apesar das políticas existentes, ainda há desafios significativos na redistribuição do trabalho de cuidado e nas atitudes de gênero. Domingues destaca que as políticas públicas precisam evoluir para refletir melhor as realidades e necessidades das famílias contemporâneas.

1.2 Relação Família e Creche

A interação entre família e creche é uma área de interesse multifacetada, abordada sob diversas perspectivas. Sorrana Penha Paz Landim (2020) oferece uma análise com base legislativa e teórica sobre essa relação, destacando as tensões e as discrepâncias entre as intenções legislativas e a prática cotidiana. A autora argumenta que, apesar das diretrizes legais que visam promover uma colaboração eficaz entre as famílias e a creche, a realidade frequentemente não corresponde às expectativas, apontando para a necessidade de um relacionamento mais voltado às particularidades e demandas das famílias.

Claudia Cristina Garcia Piffer (2017) explora a ideia de complementaridade entre creche e família, conforme preconizado pela legislação. Piffer (2017) identifica lacunas na implementação prática dessa complementaridade, como a idealização da figura materna e a falta de integração entre os diferentes agentes envolvidos no cuidado e educação das crianças. A pesquisa sugere que uma abordagem mais prática e integrada é necessária para superar essas lacunas e promover uma colaboração mais eficaz entre creche e família.

A pesquisa de Janice Crestani (2021) revela dificuldades na aproximação entre famílias e creches, destacando a falta de diálogo e a necessidade de uma parceria mais eficaz. A autora sugere que uma comunicação mais efetiva pode melhorar a colaboração e, conseqüentemente, a qualidade da interação entre ambos.

Tiago Santos de Araujo (2023) utiliza a metodologia de cartografia para mapear as interações diárias entre profissionais da creche e famílias. A pesquisa destaca a importância do diálogo e da compreensão mútua na construção de um ambiente educativo participativo.

Márcia Aparecida Oliveira (2022) examina a colaboração entre família e escola através dos Projetos Políticos Pedagógicos de Centros de Educação Infantil. Oliveira destaca que a colaboração efetiva é fundamental para o desenvolvimento integral das crianças. E Joice Jacques da Costa Pereira (2023) amplia essa discussão ao investigar a participação dos familiares nos processos políticos e pedagógicos de uma unidade educativa. Pereira (2023) aponta para a necessidade de ampliar os espaços e tempos de participação familiar.

O que se percebe com a análise dos trabalhos, é que a interpretação da família como principal fonte de proteção social, é uma reflexão que está historicamente imbricada aos desígnios que foram atribuídos à família como instituição eminentemente responsável pela assistência, pelo cuidado, pela sobrevivência e proteção de seus membros, o que de certo modo é perpetuado no cenário atual. A proposta familista se espraia em uma conjuntura de regressão da participação do Estado nas políticas sociais, por conta disso, pauta-se no ideário social que a família deve responder a todas as necessidades dos sujeitos - sendo protagonista exclusiva da função protetiva no enfrentamento das manifestações da questão social que atravessam suas vidas.

Pontuar as apreensões de família presentes nos trabalhos analisados são fundamentais, visto que as “concepções de família sustentam diferentes projetos de proteção social” (MIOTO, 2020, p. 29). Apesar da constituição federal demarcar o Estado como figura central na provisão da proteção social, presencia-se que a família ainda possui a centralidade nesta provisão.

1.3 Participação Comunitária e Desigualdades Sociais

A participação comunitária e as desigualdades sociais são temas importantes na discussão sobre creche e família. Ranna Mirthes Sousa Correa (2022) explora o ativismo feminino na busca por creches em contextos de desigualdade social, revelando como a luta pelo acesso a esses serviços está profundamente entrelaçada com questões estruturais de desigualdade de gênero e raça. A pesquisa enfatiza a importância do ativismo comunitário na conquista de direitos e recursos, e a relevância da ação comunitária para enfrentar tais desafios.

Carolina Silva de Alencar (2019) investiga as expectativas e desafios enfrentados por famílias de baixa renda ao buscar acesso à educação infantil. O estudo revela como as



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

especificidades das famílias de classes populares moldam suas expectativas e experiências com as creches. Alencar destaca a necessidade de políticas públicas que atendam a essas especificidades e ofereçam suporte adequado para superar os desafios enfrentados por essas famílias.

A partir dessas análises, constata-se que as políticas públicas de Educação Infantil são permeadas, assim como as demais políticas, pelas questões e expressões familistas, responsabilizando as famílias, e, principalmente, as mulheres pelo cuidado com as crianças, principalmente com as crianças pequenas, que acabam por exigir um cuidado físico aliado aos demais cuidados materiais e imateriais.

Tal centralidade da família na responsabilidade pelos cuidados e pela proteção social, começa a ser questionada principalmente pelo movimento feminista, tendo em vista que recai principalmente sobre as mulheres essa responsabilidade. A pauta passa a ser “em favor da igualdade de gênero, que deve ser incorporada nas políticas públicas. Sobretudo com a progressiva participação feminina no mercado de trabalho (como profissionais remuneradas), a qual impacta as novas formas de vida e de organização familiar” (Abrão, Mioto, 2017, p. 423).

A lógica na qual que se constitui o conceito de familismo, traz à tona a responsabilização dos indivíduos e das famílias pelo cuidado e pelo suprimento das demandas advindas das mais diversas expressões da questão social. Nos dizeres de Pereira (2015, p.17), “o familismo consiste na ênfase da autoajuda familiar”. Tal ênfase, reforça que “as políticas neoliberais estão reconfigurando as relações entre produção e reprodução, e exercendo pressão sobre as famílias diante da retirada do Estado” (Lehner, 2020, p. 115).

1.4 Impacto da Pandemia e Cuidados

A pandemia de COVID-19 trouxe novos desafios na relação entre creche e família. Luciane Nunes Paronetti (2023) analisa como o trabalho remoto e o distanciamento social afetaram essas interações, revelando desafios significativos enfrentados por famílias e educadores durante o período de isolamento. O estudo destaca a necessidade de estratégias adaptativas para enfrentar as mudanças no contexto pandêmico.

Antônio Leonardo de Oliveira Costa (2023) investiga as consequências do fechamento das creches para famílias vulneráveis durante a pandemia. O autor enfatiza o papel essencial das

creches como ponto de apoio e os prejuízos no desenvolvimento das crianças durante o período de isolamento. Ambos os estudos oferecem uma visão crítica das dificuldades impostas pelo contexto pandêmico e a importância das creches para o bem-estar das crianças e famílias.

Correa (2023) afirma que, as mudanças políticas significativas desde 2016, a crise econômica, as políticas de austeridade fiscal e o distanciamento social imposto pela pandemia de Covid-19, impactaram negativamente no desenvolvimento de políticas de cuidados no Brasil. Houve uma redução na oferta de serviços de cuidado pelo Estado e pelo mercado. No entanto, a pandemia colocou as políticas de cuidado no centro do debate público. O fechamento de escolas e creches, juntamente com o trabalho remoto imposto pela pandemia, destacou a importância do cuidado para a manutenção das atividades produtivas e o desenvolvimento do país. Aumentaram as desigualdades estruturais no trabalho de cuidado não remunerado, com as mulheres assumindo uma carga ainda maior, semelhante aos níveis observados em 1990, afetando sua participação no mercado de trabalho formal.

Os serviços de cuidado infantil são cruciais no conjunto de políticas públicas no Brasil, especialmente influenciando a vida das mulheres. Inseridos nas políticas de primeira infância, esses serviços são defendidos há décadas por organizações feministas como essenciais para promover a autonomia econômica das mulheres e reestruturar o cuidado na sociedade. Na América Latina, em países como: Uruguai e Colômbia, as políticas de cuidado infantil estão mais institucionalizadas, vinculadas a ministérios de educação e desenvolvimento social. Apesar de avanços na expansão das creches no Brasil, os desafios persistem devido a crises políticas e econômicas, exacerbadas pela pandemia de covid-19, que reforçou a importância dos serviços de cuidado para a economia e aumentou o trabalho não remunerado das mulheres em âmbito familiar (Correa, 2023).

1.5 Cuidado como prática educativa

A formação dos profissionais da educação infantil e sua influência nas práticas pedagógicas são temas recorrentes nas pesquisas sobre creche e família. Patrícia Gomes Pereira Moreira (2019) analisa a introdução de professores habilitados no Programa Criança na Creche em Niterói, destacando avanços significativos e desafios na implementação do trinômio cuidar, brincar e educar. Isabel de Oliveira e Silva (2014) corrobora a importância da formação adequada

dos profissionais, ressaltando que a confiança das mães nas instituições de educação infantil está intimamente ligada à qualificação dos educadores.

Beatriz Tinoco de Oliveira (2023) investiga a percepção dos educadores sobre a integração entre cuidar e educar em um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI). O estudo revela uma visão dicotômica prevalente, onde o cuidar é frequentemente separado do educar. A autora destaca a necessidade de ressignificar o papel do cuidado como parte integrante do processo educativo. Vanilda Divina Almerio Bistaffa (2022) complementa essa discussão ao comparar as percepções de professores e auxiliares, sugerindo a necessidade de uma formação que reforce a integração entre cuidar e educar. Ambos os estudos ressaltam a importância de uma abordagem integrada e uma formação contínua dos educadores.

O que se percebe é que as pesquisas aqui relatadas tratam o cuidado fundamentalmente no âmbito pedagógico. Helena Hirata (2018) aborda o cuidado e a política de cuidado de maneira ampla, destacando a importância de políticas públicas que reconheçam e valorizem o trabalho de cuidado, especialmente aquele realizado por mulheres. Ela discute como a divisão sexual do trabalho impacta diretamente na organização social do cuidado, tanto no contexto doméstico quanto na esfera pública. Hirata enfatiza a necessidade de políticas que não apenas distribuam o ônus do cuidado de forma mais equitativa entre homens e mulheres, mas também que reconheçam o cuidado como uma questão pública, demandando responsabilização do Estado na provisão de serviços adequados, como creches e políticas de apoio às famílias (Hirata, 2018). É preciso pautar a Política de Educação Infantil como Política de Cuidado, de Proteção Social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, a literatura revisada revela uma complexidade na integração entre cuidar e educar nas creches e destaca a importância da formação adequada dos profissionais. A ressignificação do cuidado como parte integral do processo educativo e como política de proteção de crianças e de famílias não está presente nos estudos levantados por meio desta revisão. Os trabalhos analisados caminham sobretudo para uma perspectiva pedagógica da creche, com práticas familistas que pautam, por exemplo, a participação familiar como elemento essencial para o “sucesso” do cuidado executado nas creches. Cuidados esse ainda vinculado ao fazer pedagógico e não no âmbito mais amplo da proteção social.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Ainda, percebe-se que, utilizando os descritores propostos, o Serviço Social não tem debatido o tema a partir de suas perspectivas teóricas, alinhadas com a defesa intransigente de políticas públicas voltadas a equidade de gênero e a defesa dos direitos das mulheres e das crianças. Os resultados da pesquisa bibliográfica realizada até o momento apontam para a debilidade da produção do Serviço Social e mesmo da Educação nessa perspectiva, necessitando ampliar as investigações com vistas a consolidar subsídios para o debate público na área.

A revisão da literatura sobre a relação entre creche, cuidado e família revela uma preocupação comum com a integração e colaboração entre os diversos agentes envolvidos no cuidado e na educação das crianças, porém, os estudos são voltados para as preocupações a nível pedagógico e institucional. Apenas quatro estudos destacam a importância das creches na promoção da igualdade de gênero, na ampliação da participação das mulheres no mercado de trabalho, e na perspectiva de combate às desigualdades sociais.

É evidente que a relação entre creche e família é complexa e multifacetada, exigindo uma abordagem que considere tanto as perspectivas quantitativas quanto qualitativas. As pesquisas revisadas indicam a necessidade de continuar investigando como essas interações afetam as práticas e a responsabilização familiar e as oportunidades profissionais das mulheres, com uma abordagem que integre tanto aspectos legais quanto teóricos. Uma compreensão mais aprofundada sobre a política de educação infantil como uma política de cuidado e de proteção social se mostra ainda escassa.

Da mesma forma, faz-se importante a mobilização coletiva pela construção de agendas políticas que se preocupem e priorizem a política de educação infantil, não somente no seu aspecto quantitativo, mas, também, qualitativo, pautando a Política de Educação na arena da proteção social das crianças e das famílias

Percebe-se por parte de muitos profissionais uma visão restrita da creche como um espaço meramente pedagógico, sem considerar sua função social, ou seja, como política de cuidado e de proteção social. Ainda, dissemina-se a ideia de que o serviço da creche deve prioritariamente ser utilizado por famílias que trabalham. A creche precisa ser reconhecida como um direito de cuidado da criança e como uma política de cuidado para as famílias, principalmente para as mulheres. A visão disseminada é de que as famílias são as principais responsáveis pelo cuidado das crianças e que, quando não conseguem realizar, são tidas como incapazes e “desestruturadas”, termo esse ainda muito utilizado pelos profissionais da educação infantil. A visão majoritária é de que o Estado deve assumir alguma função de cuidado somente depois da família, ou quiçá, na



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

impossibilidade desta de exercê-lo, reforçando estereótipos e práticas familistas na educação infantil.

Referências

ABRÃO, Kênia Cristina Lopes; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Políticas familiares: uma introdução ao debate contemporâneo. Florianópolis: **Katálysis**, v. 20, n. 3, p. 420-429, set./dez. 2017.

ALENCAR, Carolina Silva de. **Expectativas de famílias das classes populares sobre o direito à Educação Infantil em uma creche de favela**. 2019. 119 f. Dissertação (Mestrado em Processos Formativos e Desigualdades Sociais) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2019.

ARAÚJO, Tiago Santos de. **As relações com as famílias na creche: os sentidos de pertencimento e comunidade**. 2023. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Educação, Rio de Janeiro, 2023.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BISTAFFA, Vanilda Divina Almeiro. **Um estudo sobre a relação entre educar e cuidar de crianças bem pequenas, segundo a percepção de profissionais da Educação Infantil**. 2022. 94 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Programa Ensino e Processos Formativos, São Paulo, 2022.

CORREA, Ranna Mirthes Sousa Correa. **Entre a Política de creches e o cuidado infantil: uma análise dos serviços de educação e/ou cuidado no Brasil**. CAMARANO, Ana Amélia; PINHEIRO, Luana (org.). Cuidar, verbo transitivo: caminhos para a provisão de cuidados no Brasil. Rio de Janeiro: Ipea, 2023

CORONA, Jefferson Bruno. **Educação infantil e família: estudo de caso em uma creche conveniada na Baixada Fluminense**. 2017. 62 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica-RJ, 2017.

COSTA, Antônio Leonardo de Oliveira. **O fechamento das creches na COVID-19: perspectiva de famílias vulneráveis e de educadoras**. 2023. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Psicologia, Uberaba, 2023.

COSTA, Camille Vieira da. **A política de creche como instrumento de igualdade de gênero**. 2020. 159 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, 2020.

CRESTANI, Janice. **Participação das famílias no cotidiano de uma creche: percepções das mães e das professoras de um CEIM, em Lages, SC**. 2021. 103 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Planalto Catarinense, Pós-Graduação em Educação, Lages, SC, 2021.

DOMINGUES, Larissa dos Santos. **Percepções das políticas de conciliação trabalho-família no Brasil: horizontes para a redistribuição do trabalho de cuidado**. 2021. 185 f. Dissertação



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

(Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Faculdade de Economia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021.

GODOY, Priscila Lopes de. **Educar a família para educar a criança? O Programa Criança Feliz e a educação das crianças pequenas.** 2023. 136 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 2023.

HIRATA, H. (org.). (2018). **Cuidado e cuidadoras no Brasil contemporâneo.** Editora UFRJ.

LANDIM, Sorrana Penha Paz. **Entre tensões e proposições: a relação família e creche.** 2020. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2020.

LEHNER, Maria Paula. **O cuidado da família e os desafios para com as políticas públicas.** In: TEIXEIRA, Solange; CARLOTTO, Cássia M. (Orgs.) Família, cuidado e políticas sociais. Campinas: Papel Social, p.103-120, 2020.

MARTINS, Sônia de O. **Políticas Públicas de Educação Infantil no Município de Niterói-RJ (1988 - 2018).** 2019. 104 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Biblioteca Depositária: Rede Sirius.

MIOTO, Regina. **Família contemporânea e proteção social: notas sobre o contexto brasileiro.** In: FÁVERO, Eunice T. (Org.). Famílias na cena contemporânea: (des)proteção social, (des)igualdades e judicialização. Uberlândia: Navegando Publicações, p. 23-44, 2020.

MOREIRA, Patrícia Gomes Pereira. **O professor em cena e o trinômio cuidar/brincar/educar: trajetórias do programa Criança na creche do município de Niterói.** 2019. 150 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Programa Educação, Niterói, 2019.

MORENO, Renata Faleiros Camargo. **Entre família, Estado e mercado: mudanças e continuidades na dinâmica, distribuição e composição do trabalho doméstico e cuidado.** 2019. 330 p. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Sociologia, São Paulo, 2019.

OLIVEIRA, Beatriz Tinoco de. **O cuidar e educar na percepção dos educadores na educação infantil.** 2023. 140 p. Dissertação (Mestrado) – Centro Universitário Vale do Cricaré, Programa Ciência, Tecnologia e Educação, São Mateus, 2023.

OLIVEIRA, Márcia Aparecida. **A participação da família e da escola na atribuição de cuidar e educar na educação infantil no município de Lages-SC.** 2022. 94 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Planalto Catarinense, Educação, Lages, SC, 2022.

PARONETTI, Luciane Nunes. **A relação de mediação entre família e escola na creche em tempos de pandemia.** 2023. 140 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Nove de Julho, Gestão e Práticas Educacionais, São Paulo, 2023.

PEREIRA, Joice Jacques da Costa. **A participação dos familiares nos processos políticos e pedagógicos de uma Unidade Educativa da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis.**



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

2023. 201 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2023.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. Prefácio. In: MIOTO, Regina Célia Tamaso; CAMPOS, Marta Silva; CARLOTO, Cássia Maria (orgs.) **Familismo, direito e cidadania**: contradições da política social. São Paulo: Cortez, 2015.

PIFER, Claudia Cristina Garcia. **A complementaridade creche-família**: retratos de uma creche pública municipal. 2017. 226 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2017.

RAMOS, Maria Rita Neves. **Maternagem e cuidado como desejo de democracia**: Educação infantil em perspectiva feminista. 2021. 274 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2021.

ROSA, Maria Victoria Garcia. **Reflexos da maternidade**: a relação entre o ensino infantil e o trabalho da mulher. 2021. 225 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Curitiba, 2021.

SILVA, Isabel de Oliveira e. **A creche e as famílias**: o estabelecimento da confiança das mães na instituição de educação infantil. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 53, p. 253-272, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.36559>. Acesso em: 17 ago. 2024.

SILVA, Marta Lucia da. **Discursos de mães negras sobre educação e cuidado de crianças de até três anos de idade**. 2014. 230 p. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Psicologia, São Paulo, 2014.

SOUSA, Ranna Mirthes. **Lutas por creches, lutas do cotidiano**: cuidado e moralidade no ativismo de mulheres no Morro da Polícia. 2022. 231 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

SOUZA, Edileia Alves Mendes. **Educação em tempo integral**: uma análise das implicações da política de ampliação da jornada escolar na rede estadual de Montes Claros/MG (2011-2014). 2019. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2019.